

Simulações no Modelo das Nações Unidas como recurso para a compreensão do sistema internacional no Ensino Médio

Model United Nations simulations as a tool for understanding the international system in High School

Anderson Mendes Rocha¹

¹Prof. Me. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

E-mail: anderson.rocha@iffarroupilha.edu.br

RESUMO: Este trabalho buscou refletir sobre como as simulações, baseadas no Modelo das Nações Unidas (MUN), contribuem para a compreensão dos estudantes sobre o sistema internacional, pelo viés do realismo ofensivo de Mearsheimer (2014; 2018; 2019). Para isso, examinou-se uma sequência de atividades desenvolvidas em um projeto de ensino, que promove um espaço destinado ao tratamento das Relações Internacionais, no Ensino Médio, vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus* Avançado Uruguaiana. Os dados da pesquisa referem-se ao relato de prática dos debates realizados nos comitês, bem como dos documentos produzidos pelos estudantes nas simulações. Como resultados do trabalho, tem-se que as simulações no MUN se apresentam como uma atividade pedagógica eficaz para o ensino acerca das organizações internacionais e da política internacional, revelando, desse modo, aspectos importantes do funcionamento do sistema internacional.

Palavras-chave: política internacional; organizações internacionais; realismo ofensivo.

ABSTRACT: This study explores how simulations, based on the Model United Nations (MUN), contribute to student's understanding of the international system, from the perspective of Mearsheimer's offensive realism (2014; 2018; 2019). The activities examined were developed as a part of a teaching project dedicated to the study of International Relations whose participants were High School students from the Farroupilha Federal Institute of Education, Science and Technology – *Campus* Avançado Uruguaiana. Research data consist of reports on debates held in committees and documents produced during the simulations. The results of the study indicate that MUN simulations present themselves as an effective pedagogical activity for teaching about international organizations and international politics, thereby revealing important aspects of the functioning of the international system.

Keywords: international politics; international organizations; offensive realism.

Introdução

As rachaduras na ordem internacional liberal, dirigida pelos Estados Unidos, estão mais evidentes. Mearsheimer (2018; 2019) considera que ela está fadada ao fracasso desde a sua origem, ainda que essas fissuras tenham começado a aparecer na primeira década dos anos 2000. A recente configuração multipolar do poder mundial e o processo de colapso da ordem internacional liberal têm sido acompanhados por atritos e por tensões entre as grandes potências, que estão resultando em

conflitos armados, em competições geoeconômicas, em disputas diplomáticas e em movimentos de desglobalização.

Os estudantes que ingressam no Ensino Médio já nasceram no contexto de declínio da hegemonia liberal. Diariamente, em sala de aula, os alunos trazem dúvidas, informações e demonstram interesse em discutir tópicos relacionados às transformações no sistema internacional. Contudo, tais tópicos aparecem com timidez nas ementas dos cursos técnicos em Administração e Informática integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha (IFFar). Considerando tal questão, o projeto de ensino “Clube de Relações Internacionais do IFFAR-CAU” foi criado, no ano de 2023, visando proporcionar, aos discentes e aos docentes do instituto, um espaço dedicado para tratar das relações internacionais, da geopolítica contemporânea e das organizações internacionais.

As simulações baseadas no Modelo das Nações Unidas (MUN) são uma das diversas atividades propostas pelo referido projeto, dentre as quais somam-se palestras, rodas de conversa e oficinas. Ao longo do desenvolvimento do projeto, as atividades baseadas no MUN despertaram especial interesse dos discentes. Diante disso, o presente artigo busca analisar como as simulações no Modelo das Nações Unidas (MUN) contribuem para a compreensão do sistema internacional sob a ótica do realismo ofensivo de Mearsheimer (2014; 2018; 2019)¹.

Na primeira parte deste artigo será apresentada uma contextualização acerca da estrutura do sistema internacional e do papel das organizações internacionais como pilares das ordens internacionais. Em seguida, serão discutidas as contribuições de experiências recentes, na educação brasileira, das simulações no MUN para a formação dos estudantes. Logo após, será exposto o relato de experiência do projeto de ensino desenvolvido no IFFar – *Campus* Avançado Uruguaiana e sua capacidade para auxiliar os estudantes na compreensão do sistema internacional. Por fim, na seção de considerações finais, discute-se os resultados obtidos no projeto e são identificadas algumas aproximações entre o realismo ofensivo e as simulações baseadas no MUN.

Entre as Organizações Internacionais e as Ordens Internacionais: uma breve discussão pela perspectiva teórica do realismo ofensivo de Mearsheimer

Nenhuma ordem internacional dura para sempre, o que levanta a questão:
o que explica o declínio de uma ordem existente e o surgimento de uma nova?
John Mearsheimer (2019, p. 16, tradução nossa).

O realismo é uma das principais e mais tradicionais correntes teóricas do campo das Relações Internacionais. Em 1948, Hans Morgenthau estabeleceu o realismo como uma abordagem para o estudo das relações internacionais; em 1970, Kenneth Waltz revolucionou a teoria realista com uma abordagem que ficou conhecida como neorealismo ou realismo estrutural. Desde a década de 1990, novas abordagens realistas surgiram, cada qual com um adjetivo diferente, para destacar uma variante ou ênfase (SNYDER, 2002). Conforme Pecequillo (2016), a capacidade de reinvenção do realismo e de seus conceitos, ao longo do tempo, é uma demonstração da sua vitalidade e integridade como escola de reflexão. O realismo busca “sintetizar as dinâmicas da cooperação e do conflito entre as sociedades, explicando-as por meio de um conceito atemporal, de fácil compreensão e percepção: o poder” (PECEQUILO, 2016, p. 25).

¹ Embora haja outros vieses teóricos, o realismo ofensivo de Mearsheimer foi escolhido por melhor se adequar ao observado no relato de prática das simulações baseadas no Modelo das Nações Unidas realizadas no projeto de ensino do IFFar – tal aproximação será discutida ao longo do texto. O teórico proponente do realismo ofensivo, John Mearsheimer, reconhece que a sua teoria não responde a todas as questões da política mundial. Contudo, entende que “o realismo ofensivo é como uma poderosa lanterna em uma sala escura: embora não consiga iluminar todos os cantos e recantos, na maioria das vezes é uma excelente ferramenta para caminhar na escuridão” (MEARSHEIMER, 2014, p. 33, tradução nossa).

As duas principais vertentes do realismo estrutural são o realismo ofensivo e o defensivo. Segundo Lobell (2010, p. 6658, tradução nossa) “a natureza anárquica do sistema internacional leva a diferentes resultados para as teorias realistas ofensivas e defensivas”. Enquanto para as ofensivas o sistema internacional impulsiona os Estados à maximização do poder, as defensivas pressupõem que ele encoraja os Estados a manterem as suas posições relativas (PECEQUILO, 2016). O presente trabalho adota a perspectiva do realismo ofensivo, a qual foi proposta por John Mearsheimer. Essa abordagem teórica compreende que as grandes potências almejam a hegemonia, entrando em disputas no âmbito securitário, em um sistema internacional com uma estrutura anárquica. Nesse contexto, as grandes potências criam e sustentam organizações internacionais que desempenham papel fundamental no estabelecimento das ordens internacionais (MEARSHEIMER, 2019). Nesta seção do texto, à luz do realismo ofensivo, busca-se compreender a estrutura do sistema internacional e o papel das organizações internacionais como pilares das ordens internacionais.

O realismo ofensivo compreende que a estrutura do sistema internacional influencia fortemente o comportamento dos Estados². Desse modo, os principais fatores explicativos da política internacional são a estrutura anárquica do sistema e a distribuição de poder (MEARSHEIMER, 2014). Essa anarquia internacional não significa caos, desordem ou conflito, mas a ausência de uma autoridade superior legitimada para regular a conduta dos Estados e de outros agentes internacionais (CORTINHAS, 2018). Nesse cenário, a incerteza sobre as intenções alheias compele os Estados a considerarem, sobretudo, a balança de poder nas suas escolhas. Conforme Lobell, os realistas ofensivos entendem que

[...] o sistema internacional anárquico e a distribuição de poder, e não a natureza humana, é a mão invisível que “molda e empurra” as grandes potências a maximizar poder e influência, apesar das diferenças domésticas ou individuais. O sistema internacional cria poderosos incentivos para os Estados procurarem oportunidades de ganhar poder às custas de seus rivais (LOBELL, 2010, p. 6653, grifo do autor, tradução nossa).

Mearsheimer (2014) levanta cinco afirmações sobre o sistema internacional que auxiliam a compreensão das disputas pela hegemonia de poder entre as grandes potências³, quais sejam: 1) a estrutura do sistema internacional é anárquica; 2) a capacidade militar ofensiva de um Estado é potencialmente perigosa para os outros; 3) existe incerteza sobre as intenções dos outros países; 4) a sobrevivência é o principal objetivo das grandes potências; e 5) as grandes potências são atores racionais que analisam o ambiente externo para traçar as suas estratégias de sobrevivência. Tais aspectos incentivam a ação ofensiva dos Estados, sendo que os principais padrões de comportamento são o medo, a autoproteção e a maximização de poder.

O dilema de segurança, introduzido por John Herz, em 1950, é um conceito central para, aproximadamente, todas as teorias realistas (SNYDER, 2002). Herz entende que o aumento da segurança de um país gera insegurança nos outros, causando uma escalada generalizada na incerteza e na insegurança. Em outras palavras, “a segurança de um determinado Estado é inversamente proporcional à segurança de outros” (PECEQUILO, 2016, p. 61). As diferentes perspectivas teóricas

2 O Estado possui reconhecida centralidade nas diferentes perspectivas teóricas do campo das Relações Internacionais. Contudo, como atenta Halliday (2007), existe uma certa frouxidão conceitual sobre o tema na área. Para ele, “não devemos discutir se somos ou não “Estato-cêntricos”, mas sobre o que queremos dizer com Estado” (HALLIDAY, 2007, p. 90, grifo do autor). Assim, na medida em que o presente trabalho adota a vertente realista ofensiva, faz-se necessário alguns apontamentos sobre o conceito de Estado nessa perspectiva. Mearsheimer (2014), entende os Estados como “bolas de bilhar” ou “caixas pretas”, atuando racionalmente no sistema internacional. Para o autor, o comportamento do Estado é, principalmente, influenciado por fatores estruturais, tais como a anarquia do sistema internacional e a balança de poder. A sua teoria dá pouca atenção aos indivíduos ou à política doméstica.

3 Embora a teoria do realismo ofensivo enfatize a explicação do comportamento das grandes potências, ela também possui capacidade explicativa para a conduta dos demais Estados no sistema internacional (MEARSHEIMER, 2014).

neorrealistas possuem interpretações particulares sobre o dilema (CARDOSO, 2018). No caso do realismo ofensivo, o dilema é insuperável dada a estrutura anárquica do sistema internacional. Nesse sentido, “é difícil para um Estado aumentar as suas próprias chances de sobrevivência sem ameaçar a sobrevivência de outros estados” (MEARSHEIMER, 2014, p. 36, tradução nossa).

O medo que as grandes potências sentem umas das outras, devido à anarquia do sistema e à incerteza sobre as intenções alheias, explica a busca pela maximização do poder, o qual pode ser diferenciado em poder atual e potencial. O primeiro, o poder atual, refere-se às capacidades militares dos Estados. Já o poder potencial compreende o tamanho da população e o nível de riqueza do país. A intensidade do medo varia conforme os seguintes aspectos relacionados ao poder: a) a posse de arsenal nuclear por um Estado diminui o medo dele sofrer ataques de outros; b) países separados por oceanos tendem a ter menos medo um do outro do que países com contato continental; e c) a distribuição de poder no período analisado – a multipolaridade, sobretudo quando há um Estado potencialmente hegemônico (multipolaridade desequilibrada), é mais instável do que a bipolaridade (MEARSHEIMER, 2014).

Em síntese, para o realismo ofensivo, o objetivo dos Estados é sobreviver em um sistema internacional em que as grandes potências realizam disputas de poder pela hegemonia. Para Mearsheimer (2014), tal hegemonia pode ser apenas regional uma vez que a hegemonia global é impossível, devido à dificuldade de projetar poder sobre regiões separadas por oceanos. Nesse sentido, devido ao seu domínio sobre o hemisfério ocidental, os Estados Unidos podem ser considerados a única potência regional na história moderna (SNYDER, 2002). Pela lógica do realismo ofensivo, portanto, o referido país é impulsionado a evitar o surgimento de uma potência hegemônica regional rival em outra região. Segundo Lobell,

Para os Estados Unidos, isso significa que continuará sendo a potência hegemônica regional no hemisfério ocidental e agirá como um balanceador *offshore* na Europa e Ásia, embora a Alemanha, a Rússia e a China possam emergir como potenciais hegêmonas regionais, mudando ambas as regiões para a multipolaridade desequilibrada – a distribuição mais instável e provocadora de guerras (LOBELL, 2010, p. 6664, tradução nossa).

É preciso ressaltar que o realismo ofensivo compreende uma teoria de política internacional, isto é, não se trata de uma teoria elaborada para explicar o processo de decisão política de um determinado Estado, mas “as dinâmicas ambientais sobre as quais pode ser necessário decidir e agir (DINIZ, 2007, p. 122). A abordagem realista ofensiva almeja identificar quais são os constrangimentos e incentivos impostos aos Estados pela estrutura anárquica do sistema internacional e pelas diferentes arquiteturas de poder. Nesse sentido, tal perspectiva teórica visa esclarecer

[...] quais as dinâmicas características de cada configuração da balança de poder (multipolar, bipolar etc.); quais impactos essas dinâmicas têm para o comportamento de quais tipos de atores (grandes potências, pequenos atores etc.); quais consequências cada tipo de comportamento [...] pode ter para cada tipo de ator em cada uma daquelas configurações; e quais incentivos e restrições cada configuração da balança de poder identifica para cada alternativa de comportamento (DINIZ, 2007, p. 121).

As disputas de poder permeiam as relações internacionais e, portanto, a cooperação entre os Estados. Para Mearsheimer (2014, p. 82, tradução nossa), “dois fatores inibem a cooperação: considerações sobre ganhos relativos e preocupação com trapaças”. Segundo o referido autor, em uma situação de cooperação, os Estados envolvidos analisam como será a distribuição dos ganhos e

lucros entre si. Além disso, devido à incerteza das intenções alheias, o medo de trapaça dificulta que as grandes potências assinem acordos e tratados de cooperação⁴. Por isso,

[...] os grandes poderes se preocupam profundamente com a balança de poder, seus pensamentos se focam em ganhos relativos quando consideram cooperar com outros Estados. Com certeza, cada estado tenta maximizar os seus ganhos absolutos; no entanto, é ainda mais importante para um Estado se assegurar de que ele não saia em desvantagem, ou talvez até certificar-se de que saia melhor, do que o outro Estado em qualquer acordo. A cooperação é mais difícil de atingir, contudo, quando os Estados estão sintonizados com ganhos relativos em vez de ganhos absolutos (MEARSHEIMER, 2014, p. 83, tradução nossa).

Com base no que foi até aqui apresentado, é possível perceber que não há, na ótica do realismo ofensivo, como os países, por meio da criação de organizações internacionais, construir um mundo de absoluta paz. De acordo com Diniz (2007), os realistas entendem que o impacto das instituições internacionais na política internacional é limitado pela prioridade do problema da segurança para as grandes potências. Nesse contexto, “ou as instituições internacionais se amoldam à assimetria de poder do sistema internacional, refletindo os interesses das principais potências do dia, ou elas simplesmente deixarão de existir” (DINIZ, 2007, p. 131). Para Mearsheimer (2019, p. 9, tradução nossa), “as instituições internacionais [...] são efetivamente regras que as grandes potências concebem e concordam em seguir”, pois são do seu interesse naquele momento – e quando não as são, tais regras passam a ser ignoradas ou reescritas.

Essas instituições ou organizações internacionais, portanto, atuam como ferramentas para manter as ordens regionais ou internacionais. Uma “ordem” pode ser definida como “um grupo organizado de instituições internacionais que ajudam a governar as interações entre os Estados membros” (MEARSHEIMER, 2019, p. 9, tradução nossa). Nesse sentido, deve-se considerar que

A ordem internacional específica que é obtida em qualquer momento é, principalmente, um subproduto do comportamento egoísta das grandes potências do sistema. A configuração do sistema, em outras palavras, é uma consequência não intencional da competição das grandes potências pela segurança e não o resultado de Estados atuando juntos para organizar a paz (MEARSHEIMER, 2014, p. 79, tradução nossa).

Mearsheimer (2019) classifica as ordens internacionais em realistas, ideológicas ou agnósticas. Quando há mais de uma grande potência – cenário internacional multipolar ou bipolar – a ordem internacional será realista, sendo marcada pela disputa no âmbito securitário entre os Estados rivais. De maneira diferente, em um meio internacional unipolar, a ordem internacional será ditada pelo país hegemônico, podendo ser ideológica ou agnóstica. Ela será ideológica, quando o hegemônico objetivar transformar o mundo a sua própria imagem, ou agnóstica, quando a potência hegemônica adotar uma postura de maior neutralidade, não tendo como objetivo a transformação dos sistemas político-econômicos dos outros países (MEARSHEIMER, 2019).

Ao final da Guerra Fria, com o colapso da União Soviética e a unipolaridade dos Estados Unidos, a potência hegemônica teve campo aberto para transformar a sua ordem ocidental liberal limitada

⁴ Mearsheimer (2014, p. 83, tradução nossa) reforça que “a lógica da balança de poder faz com que as grandes potências, frequentemente, formem alianças e cooperem contra inimigos em comum”.

(regional)⁵ em uma ordem internacional ideológica, ancorada no liberalismo. A hegemonia liberal, conceito utilizado por Mearsheimer (2018), para se referir à ordem internacional capitaneada pelos EUA após a Guerra Fria, corresponde a uma estratégia em que um Estado objetiva transformar os outros países a sua imagem e semelhança – isto é, torná-los democracias liberais – ao mesmo tempo em que busca promover a abertura da economia internacional e a criação de organizações internacionais (MEARSHEIMER, 2018).

A crise financeira global de 2008 impactou fortemente a referida ordem internacional, inserindo o mundo em um período de interregno, isto é, um momento de incerteza, marcado por uma crise na ordem neoliberal vigente, porém sem uma ordem alternativa definida (GRABEL, 2021). Conforme o *Peterson Institute for International Economics*, entre 2008 e 2021, observou-se uma diminuição da integração econômica mundial, entendida como uma “slowbalization” ou mesmo uma “deglobalization” (IRWIN, 2022). Tal contexto de fracasso da hegemonia liberal é combustível para o crescimento do autoritarismo, do nacionalismo, de práticas antidemocráticas e de movimentos de desglobalização (BUGLIONE; MASON, 2018; GRABEL, 2021). Assim, desde o pós-crise de 2008, o mundo assistiu ao *Brexit*, à radicalização política, ao crescimento de grupos conservadores, ao *America First*, além do acirramento das tensões entre EUA/OTAN com a Rússia e a China.

Mearsheimer (2018) considera que a chave para entender a crise na hegemonia liberal está no entendimento das relações entre o liberalismo, o realismo e o nacionalismo. Para o autor, quando entram em colisão, o nacionalismo e o realismo sempre triunfam sobre o liberalismo. Mais especificamente, em seu esforço de transformar os outros Estados em democracias liberais, a potência unipolar gera movimentos nacionalistas nesses países. Como consequência da falha da política externa da potência hegemônica, pelo fracasso nos empreendimentos de intervenção política e engenharia social em outros países, o nacionalismo também surge no seu interior.

Nessa perspectiva, a hegemonia liberal está fadada ao fracasso desde a sua origem, embora as fissuras na referida ordem só tenham começado a aparecer na primeira década dos anos 2000 (MEARSHEIMER, 2018; 2019). Com relação à distribuição do poder mundial, Mearsheimer (2019) considera que, a partir de 2016, a unipolaridade cedeu lugar à multipolaridade. Está ocorrendo, com isso, o processo de colapso da ordem internacional liberal e sua substituição por ordens realistas. Essa transição tem sido acompanhada por atritos e por tensões entre as grandes potências, que estão resultando em conflitos armados, em competições geoeconômicas, em disputas diplomáticas e em movimentos de desglobalização. O quadro, a seguir, sintetiza os aspectos mais importantes do realismo ofensivo.

Quadro 1. Síntese da perspectiva teórica do realismo ofensivo de Mearsheimer.

Aspectos	Descrição
Estrutura do sistema internacional	Anarquia como o princípio organizador
Comportamento dos Estados	Maximização da segurança em busca de sobrevivência
Objetivo das grandes potências	Hegemonia no sistema internacional
Definição de poder	Poder atual (militar) e poder latente (população e economia)
Papel das organizações internacionais	Manter as ordens internacionais ou regionais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerando o exposto até o momento, é possível considerar que as organizações internacionais desempenham um papel importante na correlação de forças entre as grandes

⁵ Além das classificações anteriormente citadas (*realistic*, *ideologic* e *agnostic*), Mearsheimer (2019) distingue as ordens entre *international* ou *bounded*, conforme o seu escopo, e entre *thick* e *thin*, conforme a sua amplitude e profundidade de cobertura. A classificação entre *international* ou *bounded* está relacionada com a escala geográfica de atuação da ordem. Na classificação entre *thick* e *thin*, a primeira se refere às ordens que possuem forte efeito sobre o comportamento dos Estados nas esferas militar e econômica; e a segunda indica a presença de instituições mais fracas, com menor capacidade de atuar substancialmente em ambas as esferas supracitadas.

potências: a configuração e a manutenção das ordens. Elas são pilares das ordens internacionais. Nessa perspectiva, entendemos que a prática das simulações no Modelo das Nações Unidas é relevante para o entendimento da política internacional pelos estudantes. Isso porque as simulações baseadas no MUN inserem os estudantes em uma arena de debates, em que atuam como representantes de Estados em reuniões de organizações internacionais, para o enfrentamento de uma determinada situação-problema. Nas simulações, são evidenciadas as funções, as potencialidades e as limitações dessas organizações internacionais para lidar com as disputas de poder entre as grandes potências em um sistema internacional anárquico. Com isso, as simulações promovem, na educação básica, a compreensão do sistema internacional, sendo, assim, uma importante proposta de atividade pedagógica.

O Modelo das Nações Unidas como estratégia pedagógica

A Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 2023, ressaltou a importância do Modelo das Nações Unidas (MUN) para a diplomacia e a cooperação internacional e para o preparo dos jovens acerca de questões internacionais⁶. O surgimento das simulações ocorreu antes da criação da ONU, por estudantes, nos Estados Unidos, que buscavam simular a Liga das Nações (MULDOON, 1995). Atualmente, tornou-se uma prática incentivada pela ONU e praticada por centenas de milhares de estudantes por todo o mundo (ONU, 2020). No Brasil, as simulações no MUN têm sido empregadas no Ensino Básico e no Ensino Superior⁷.

Conforme o *Guia das Nações Unidas sobre o Modelo das Nações Unidas*, publicado em 2020, o valor pedagógico do modelo reside nos seguintes aspectos: 1) desenvolvimento da capacidade de oratória, de escrita e de investigação nos estudantes; 2) contato com conceitos e assuntos internacionais; e 3) entendimento da natureza e do funcionamento das Nações Unidas. O MUN é considerado, dentre as diversas experiências de simulação, o mais fidedigno ao funcionamento da organização.

A partir de um levantamento bibliográfico das publicações recentes acerca do MUN, em periódicos e anais de eventos brasileiros, podemos destacar os trabalhos de Godinho (2015), Bornhausen *et. al.* (2017), Giroto e Santos (2017), Martins, Costa e Palhares (2018), Arienti *et. al.* (2019), Neuhold *et. al.* (2022), Verges e Verges (2022). O quadro a seguir apresenta uma síntese das principais contribuições, identificadas pelos referidos autores, acerca das simulações no Ensino Médio.

Quadro 2. Análise de publicações brasileiras, acerca das simulações no MUN, entre 2015-2023.

Autores	Nível de Ensino ⁸	Contribuições do MUN identificadas pelos autores
Godinho (2015)	Ensino Médio	Protagonismo do estudante; aprendizagem por situação-problema; exercício da democracia; respeito às diferentes culturas; aprimoramento de métodos de pesquisa e análise de documentos.
Bornhausen et al. (2017)	Ensino Fundamental	Protagonismo do estudante; trabalho em equipe; interesse por aprender; respeito ao próximo.
Giroto e Santos (2017)	Ensino Médio	Protagonismo do estudante; raciocínios geográficos, entendimento mais amplo de processos geopolíticos; análise de processos multiescalares; estratégia pedagógica que rompe com o conteudismo.

(continua)

⁶ A resolução está disponível por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://undocs.org/A/77/L.105>.

⁷ No Rio Grande do Sul, diversas instituições públicas e privadas possuem projetos de simulação da ONU. Dentre diversos exemplos, podemos citar os seguintes: a) UFRGSMUNDI, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; b) UFSMUN, da Universidade Federal de Santa Maria; c) PelotasMUN, da Universidade Federal de Pelotas; d) Clube de Relações Internacionais Garança, do Colégio Militar de Santa Maria; e e) IFMundi, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

⁸ A categoria “nível de ensino” se refere ao nível de ensino ao qual a simulação foi aplicada. Em alguns casos, as atividades foram planejadas por docentes e discentes do Ensino Superior e aplicadas no Ensino Básico.

Martins <i>et. al</i> (2018)	Ensino Médio	Protagonismo do estudante; fortalecimento de uma identidade plural, respeitosa e compreensiva; formação humana dos estudantes; discutir temas internacionais.
Arienti <i>et. al</i> (2019)	Ensino Médio	Relação entre a universidade e a escola pela extensão; ampliação na formação e capacidade de diálogo; compreensão de acontecimentos internacionais; resolução de conflitos; experiência de diplomacia.
Neuhold <i>et. al</i> (2022)	Ensino Médio	Protagonismo do estudante; construção e desconstrução de argumentos; negociação e escrita; exercício da democracia; conhecimento das agendas local e global.
Verges e Verges (2022)	Ensino Médio e Fundamental (9º ano)	Protagonismo do estudante; proposta alinhada com a nova BNCC; metodologia ativa; análise de processos multiescalares; junção entre teoria e prática.

Fonte: Elaborado pelo autor.

De maneira geral, a partir da leitura desses trabalhos, é possível verificar a relevância das simulações no MUN como uma atividade pedagógica que desenvolve o protagonismo dos estudantes e os seus conhecimentos sobre as questões internacionais. O presente artigo objetiva ir além das referidas potencialidades e busca refletir sobre a contribuição do MUN para o entendimento do funcionamento do sistema internacional. Entendemos, assim, que as simulações no MUN permitem não apenas a compreensão de assuntos internacionais, mas revelam os contornos da estrutura do sistema internacional e a sua influência sobre a política internacional.

Metodologia

O relato de experiência do projeto “Clube de Relações Internacionais do IFFar-CAU” foi elaborado com base em uma análise qualitativa de dados obtidos em duas fontes: a) documentos⁹ produzidos pelos estudantes; e b) debates realizados nas simulações. Os debates foram acompanhados pelo professor-pesquisador, uma vez que entendemos que alguns fenômenos “devem ser observados *in loco* na situação em que acontecessem” (MINAYO, 2001, p. 72). Dessa maneira, tornou-se necessário “captar a realidade do ponto de vista de alguém ‘interno’ [...] e não de alguém externo [ao estudo] (YIN, 2015, p. 121, grifo do autor). Por isso, no papel de professor-pesquisador, participamos de todas as atividades realizadas no projeto. Com isso, este trabalho não se baseia em dados quantitativos, mas na observação e nas anotações pertinentes à investigação.

O referido projeto foi desenvolvido no ano de 2023 e buscou proporcionar um espaço de reflexão, de diálogo e de aprendizagem sobre temáticas referentes às relações internacionais, à geopolítica contemporânea e, ainda, acerca da natureza e da atuação das organizações internacionais. O projeto do clube teve 35 estudantes participantes ativos¹⁰ dos três anos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do *Campus* Avançado Uruguaiana.

As atividades do projeto podem ser agrupadas em três categorias que ocorrem em sequência: 1) Formação Teórica: palestras e rodas de conversa realizadas pelos docentes do IFFar; 2) Pesquisa e Produção: os estudantes foram separados em grupos e, a partir de um sorteio, passaram a representar as delegações¹¹ dos países. Em seguida, os estudantes empreenderam pesquisas e levantamento de dados sobre o país representado e, ainda, produziram o Documento de Posição Oficial (DPO) do seu

⁹ O Documento de Posição Oficial (DPO) é um documento, elaborado pela delegação, que contém a posição do respectivo país sobre a temática a ser discutida na simulação. A Resolução Final compreende um documento discutido, alterado e votado em uma simulação.

¹⁰ O projeto realizou atividades abertas para estudantes que não estavam inscritos no projeto, como por exemplo algumas palestras e oficinas. No total, 54 estudantes do campus participaram das atividades do clube.

¹¹ Além da possibilidade de atuar nas delegações, os estudantes puderam se inscrever para atuar na cobertura de imprensa das simulações. Assim, grupos de estudantes (trios ou duplas) foram designados para representar veículos de imprensa internacionalmente reconhecidos, tais como o *The New York Times* e o *Le Monde*. Eles realizaram a cobertura fotográfica e jornalística dos eventos, produzindo matérias que foram impressas e distribuídas à comunidade interna do campus.

país; e 3) Simulação: eventos de simulação presenciais nas dependências do IFFar. Além dessas três etapas principais, foram oferecidas oficinas para introdução dos estudantes nas regras do Modelo das Nações Unidas.

Essas atividades aconteceram de forma consecutiva, sendo a simulação a etapa final de cada sequência. Destaca-se que o professor-pesquisador esteve disponível para orientações na etapa de pesquisa e de produção, indicando referências bibliográficas e fontes de pesquisa, bem como avaliando os documentos produzidos. A Figura 1 representa esquematicamente as atividades.

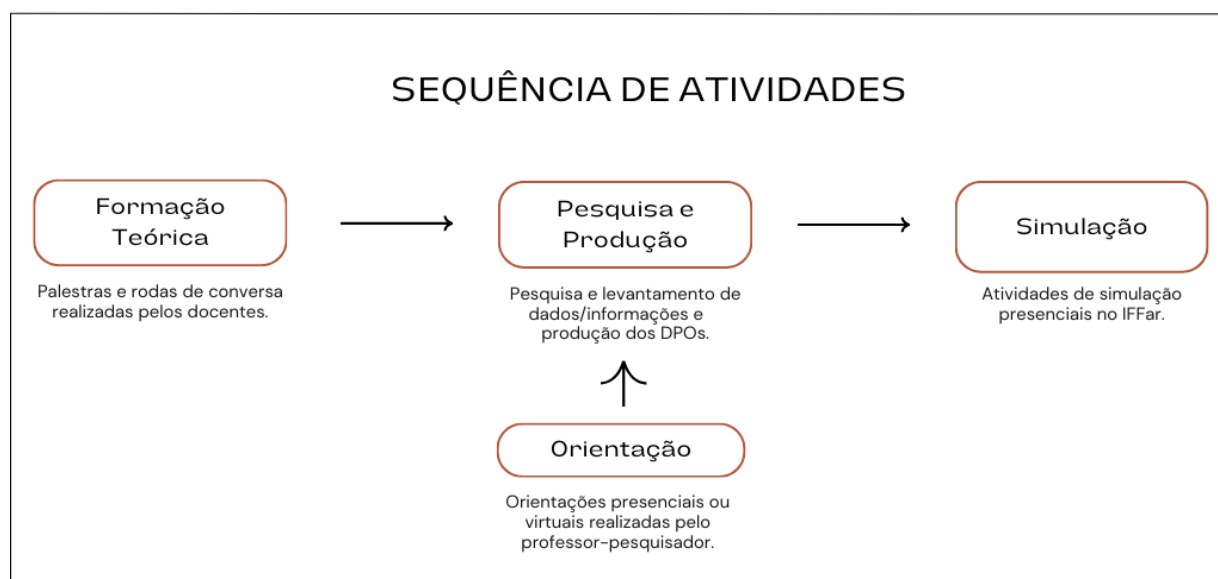


Figura 1. Sequência de atividades realizadas nos comitês do projeto.

Fonte: Elaborada pelo autor.

O projeto desenvolveu três comitês com os respectivos temas: 1) Situação da Ucrânia no conflito russo-ucraniano; 2) 28ª sessão da Conferência das Partes (COP28); e 3) Crimes Transnacionais e os seus desafios para a Segurança e a Defesa na Amazônia Internacional. Daremos ênfase nos comitês 1 e 3, uma vez que compreenderam simulações de reuniões do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Essas simulações do CSNU trataram de temas que envolvem a segurança internacional, a defesa nacional e a própria lógica da balança de poder. Os quadros 3 e 4 representam as sequências de atividades dos referidos comitês realizados no projeto de ensino.

Quadro 3. Sequência de atividades do comitê sobre o conflito russo-ucraniano

Tipos de atividade	Descrição
Formação teórica	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra sobre a Organização das Nações Unidas, compreendo a sua origem e a sua estrutura; • Roda de conversa sobre a Organização das Nações Unidas; • Palestra sobre o conflito russo-ucraniano, tratando das causas do conflito, as diferentes perspectivas e impactos sobre o sistema internacional.
Pesquisa e produção	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações aos estudantes.
Simulações	<ul style="list-style-type: none"> • Primeira sessão da simulação do CSNU; • Segunda sessão da simulação do CSNU.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 4. Sequência de atividades do comitê sobre a segurança e a defesa na Amazônia

Tipos de atividades	Descrição
Formação teórica	<ul style="list-style-type: none"> • Palestra de Introdução à Geopolítica, tratando dos autores clássicos até os autores contemporâneos; • Palestra sobre os desafios para a Defesa e a Segurança na Amazônia.
Pesquisa e produção	<ul style="list-style-type: none"> • Orientações aos estudantes.
Simulações	<ul style="list-style-type: none"> • Sessão única de simulação do CSNU.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Das simulações no MUN à compreensão do sistema internacional

Na sequência de atividades referentes ao conflito russo-ucraniano (Quadro 3), foram realizadas duas palestras para a formação teórica dos estudantes. A primeira introduziu os estudantes sobre a origem, o papel e a estrutura da Organização das Nações Unidas. Já a segunda, abordou o tema do comitê: o conflito russo-ucraniano. Discutiram-se os diversos episódios de atrito entre a OTAN e a Rússia no século XXI, devido à expansão da organização para o Leste Europeu, e a guerra russo-ucraniana foi tratada como o ápice dessa tensão. Além disso, a aceleração da clivagem entre o Ocidente e o Oriente foi abordada como reflexo do referido conflito.

O comitê contou com as delegações dos cinco países com assentos permanentes no CSNU (EUA, China, Rússia, Reino Unido e França), além de Brasil, Polônia, Alemanha e Ucrânia como membros rotativos – com exceção do Brasil, os demais países que representaram os membros rotativos não correspondem aos atuais integrantes do Conselho; eles foram escolhidos pelo professor-pesquisador pela sua participação (direta ou indireta) na guerra, por estarem sofrendo os seus impactos ou pelo envolvimento nas negociações de paz. Na etapa de estudo e preparação, os grupos de estudantes, separados em delegações, empreenderam levantamentos de dados e informações sobre o seu país e sobre o tema do comitê, visando a elaboração dos Documentos de Posição Oficial (DPO). Alguns grupos buscaram a orientação do professor-pesquisador, tanto no momento da pesquisa, quanto na elaboração dos documentos.

A análise dos DPOs e dos debates nas duas simulações revelou engajamento dos discentes nas atividades, na medida em que eles objetivaram representar a posição real dos países a respeito do conflito e demonstraram aprofundamento de conhecimentos históricos e geopolíticos. Observou-se ainda o emprego de informações e de noções, trabalhadas ao longo das duas palestras formativas, em alguns documentos e argumentos na simulação. As duas sessões de simulação do comitê tiveram duração de uma hora cada e ocorreram em dias diferentes.

No debate e nas negociações, as grandes potências (EUA, China e Rússia) desempenharam papéis centrais. Os estudantes representantes dos Estados Unidos e da Rússia estavam preocupados com os seus ganhos absolutos e relativos e não aceitaram acordos que eram desfavoráveis aos seus Estados. Contrariando as expectativas, as grandes potências não atuaram em conjunto em busca de uma solução para o conflito; em vez disso, suas decisões foram baseadas na lógica da balança de poder. A resolução final aprovada no comitê não considerou as reivindicações da delegação da Ucrânia, mas sobretudo os interesses dos EUA e da Rússia. A Figura 2, a seguir, refere-se a um registro fotográfico da segunda sessão de simulação do comitê.



Figura 2. Simulação do Conselho de Segurança da ONU acerca do conflito russo-ucraniano
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Na outra sequência de atividades, concernente aos desafios para a Segurança e a Defesa na Amazônia (Quadro 4), foram realizadas duas palestras para a formação teórica dos estudantes. A primeira palestra discutiu as mudanças da Geopolítica, desde sua origem até os dias atuais, tratando de autores clássicos e de autores contemporâneos. Na segunda palestra, abordou-se a segurança e a defesa com enfoque na Amazônia Internacional. Sobre a segurança, ela foi associada a ameaças e a vulnerabilidades que afetam a região amazônica; em relação à defesa, ela foi entendida como a preocupação do Estado sobre as ameaças externas ao poder e a sua soberania. Ressalta-se ainda uma breve apresentação feita sobre os documentos oficiais de defesa do Brasil – a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) –, bem como acerca da atuação do país no seu Entorno Estratégico.

O comitê abrangeu 12 delegações compostas por duplas de estudantes ou individualmente. Os cinco países com assentos permanentes no CSNU estiveram representados; já o Brasil, o Equador, a Colômbia, a Venezuela, o Japão, o Gabão e a Suíça participaram do comitê como membros rotativos. Dentre tais países, apenas Colômbia e Venezuela não faziam parte do CSNU no ano de 2023 e foram escolhidos pelo professor-pesquisador por fazerem parte da Amazônia Internacional. A simulação foi realizada em uma sessão única, com duração de duas horas, no espaço do Plenário da Câmara Municipal de Uruguaiana.

As atividades seguiram o fluxo planejado: formação teórica, estudo e preparação e simulação. Novamente, a partir da análise dos DPOs e dos debates na simulação, verificou-se o comprometimento dos estudantes com as atividades propostas. A análise dos DPOs revelou o uso de conceitos e de noções discutidas nas palestras, bem como o aprofundamento histórico e geopolítico. Ainda referente aos DPOs, destaca-se que os países sul-americanos, com presença da Floresta Amazônica em seus territórios, buscaram identificar nos documentos as ameaças à segurança na região. Nesses documentos elaborados, foram citados como ameaças o narcotráfico, as atividades ilegais com impacto ambiental e a falta de controle sobre os fluxos migratórios provenientes da Venezuela. Além disso, apresentaram os seus esforços de defesa para a região e a necessidade de fortalecer os fóruns de diálogo, tal como a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Os DPOs das grandes potências (EUA, China e Rússia), por outro lado, defendiam a imposição das suas agendas sobre os países da região.

Ao longo do debate e das negociações, os países demonstraram preocupação com a segurança na Amazônia, tendo em vista as instabilidades e os impactos sobre uma área florestal essencial para o

equilíbrio climático global e regional. Contudo, a competição das grandes potências por influência na região dificultou as negociações. O momento de maior tensão no debate ocorreu quando o representante dos Estados Unidos sugeriu a instalação de bases militares norte-americanas em solo amazônico: os países sul-americanos foram contrários à proposta, alegando que tal ação abalaria a sua soberania territorial; e as grandes potências também contestaram a proposta dos EUA, oferecendo contrapropostas conforme os seus interesses.

Além da balança de poder ser considerada nas negociações entre as grandes potências, foi possível perceber a balança regional de poder influenciando o processo decisório entre os países sul-americanos. Isso porque houve incertezas e contestação, entre esses países, em relação a uma proposta de acordo de fornecimento de arsenal militar para o Brasil pela delegação russa. Conforme a delegação da Venezuela, por exemplo, o referido acordo tornaria a capacidade bélica do Brasil uma ameaça aos demais países do subcontinente. Após duas horas de debates, negociações e construção da resolução final da simulação, apresentada pelo Brasil, o documento foi aprovado pela ampla maioria dos países do comitê e vetado pelos Estados Unidos. A Figura 4, a seguir, compreende uma fotografia da simulação na Câmara Municipal de Uruguaiana.



Figura 4. Simulação do CSNU sobre a Defesa e a Segurança na Amazônia Internacional
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Finalmente, com base na experiência com as simulações no Modelo das Nações Unidas, por meio do projeto de ensino “Clube de Relações Internacionais do IFFar-CAU”, foi possível verificar a contribuição do modelo, no âmbito dos discentes, para o aprofundamento de conhecimentos, para o fortalecimento do papel ativo do estudante no processo de ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento da oratória e da argumentação crítica.

Na esfera do aprofundamento de conhecimentos dos estudantes, ênfase do presente artigo, destacam-se dois aspectos. O primeiro corresponde à qualificação dos debates e dos documentos produzidos (DPOs e resoluções finais) por meio do emprego, pelos estudantes, de conceitos, noções e informações adquiridas nas atividades de formação teórica e durante as pesquisas realizadas pelas delegações. O segundo compreende o entendimento sobre a política internacional e as organizações internacionais por meio da experiência diplomática das simulações no MUN.

Como pôde ser observado no relato das atividades do projeto, as decisões dos estudantes nas simulações, sobretudo das delegações das grandes potências, foram influenciadas por preocupações com ganhos relativos e com a balança de poder – ainda que os discentes não tivessem conhecimento sobre o realismo ofensivo. Na atuação como representantes diplomáticos, priorizaram os objetivos securitários dos seus respectivos Estados, mesmo em acordos de cooperação. Além disso, puderam perceber as potencialidades e as limitações das organizações internacionais, na mediação das disputas de poder, em um cenário internacional com uma estrutura anárquica e com uma distribuição multipolar de poder. Isso pode ser verificado também nas discussões com os estudantes, em momentos posteriores às simulações, os quais demonstraram maior entendimento das decisões reais tomadas no Conselho de Segurança, no ano de 2023, a exemplo das dificuldades de uma solução diplomática para a guerra russo-ucraniana por meio do CSNU. Com isso, é possível considerar que os estudantes adquiriram uma maior compreensão do funcionamento do sistema internacional na atualidade.

Conclusão

Alguns apontamentos acerca dos resultados das atividades realizadas no projeto de ensino “Clube de Relações Internacionais do IFFar-CAU” podem ser realizados. Observamos as seguintes contribuições na formação dos estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do IFFar: *a) aprofundamento de conhecimentos*: operacionalização, pelos estudantes, de noções, conceitos e informações obtidas por meio das palestras, rodas de conversa, oficinas e de estudos de preparação nos comitês, além de conhecimentos adquiridos durante os debates e negociações que ocorreram nas sessões de simulação; *b) fortalecimento do papel ativo dos estudantes*: engajamento e iniciativa na busca por informações sobre os temas dos comitês do MUN e referentes aos países representados nos debates; e *c) desenvolvimento da oratória e da argumentação crítica*: construção/desconstrução de argumentos e o exercício de autoavaliação, realizado pelos discentes, acerca do seu desempenho na simulação.

Os resultados do projeto, que aproximam o realismo ofensivo à prática das simulações no MUN, foram obtidos em um recorte espacial e temporal específico – estudantes dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio do Instituto Federal Farroupilha, no Campus Avançado Uruguaiana, no ano de 2023 – e a partir de um determinado formato de projeto de ensino, baseado em sequências de atividades planejadas pelo professor-pesquisador, as quais envolveram formação teórica, pesquisa e produção de documentos e simulações. Não há como elaborar uma generalização, somente com base em tais resultados, e inferir que seja a norma para todas as outras experiências com o MUN que são desenvolvidas na educação brasileira.

Contudo, acreditamos que as simulações no MUN possuem potencial para abordar o sistema internacional com os estudantes, por meio do viés realista ofensivo. Primeiramente, porque os estudantes, como representantes de Estados, atuam nos comitês como as “bolas de bilhar”, descritas por Mearsheimer (2014), ou seja, com ênfase na política internacional e menor consideração da política doméstica dos países e das complexidades internas ao Estado. Além disso, na medida em que os estudos de preparação para as simulações são feitos com base nos pronunciamentos atuais dos chefes de Estado e das posições dos países sobre os temas discutidos nas organizações internacionais – sobretudo acerca da segurança internacional –, as seguintes características do sistema internacional contemporâneo podem ser reproduzidas nos comitês do MUN: *a) a anarquia internacional* pode ser associada à dificuldade de lidar com as disputas de poder entre as grandes potências nos comitês; e *b) a configuração multipolar da balança de poder* pode ser reconhecida pelo acirramento das tensões entre Estados Unidos, China e Rússia.

Entendemos que proporcionar aos estudantes uma interpretação do sistema internacional somente por meio da perspectiva realista ofensiva é insuficiente para a compreensão de todos os

aspectos da política internacional. No entanto, fazendo uso da analogia de Mearsheimer (2014), é uma “poderosa lanterna em uma sala escura” para os estudantes do Ensino Médio intrigados com um cenário internacional em acelerada transformação, com realinhamentos e clivagens. Embora essa lanterna seja incapaz de iluminar todos os cantos da sala, ela possibilita “caminhar no escuro” e buscar fontes de iluminação complementares para auxiliar na visibilidade do ambiente.

Referências

ARIENTI, Patrícia Fonseca Ferreira; MICHELETTI, Carolina Veras; LUZ, Davi Antunes da; BOSSO, João Paulo Cavazzani; SOUZA, Leonardo Felipe Santos de. Simulação de Organizações Internacionais para o Ensino Médio: Educação Transformadora. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 37., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/199396>. Acesso em: 15 out. 2023.

BORNHAUSEN, Ana Cristina Cardoso; KRAMMES, Illisabet; MARTINS, Celso Vital; FILHO, Daniel; TOMAZINI, Matheus; DUARTE, Larissa Cristina; MOURA, Guilherme de; PATISSI, Elisama. Miniconferência da ONU nas aulas de geografia: estratégia de ensino e aprendizagem. **Revista de Divulgação Interdisciplinar**, Itajaí, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/redivi/article/view/11626>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas do Brasil**. Ministério da Defesa. Brasília: Estado-Maior de Defesa, 2015.

BUGLIONE, Alfredo; MASON, Alfredo. **La irrupción de los nacionalismos en Europa: una mirada crítica al neoliberalismo global**. 1. ed. Buenos Aires: Fundacion CICCUS, 2018.

CARDOSO, Nilton César Fernandes. Dilema de segurança. SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

CORTINHAS, Juliano da Silva. Anarquia internacional. SAINT-PIERRE, H.; VITELLI, M. (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

DINIZ, Eugenio. **Política internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2007.

GRABEL, Ilene. Post-American Moments in Contemporary Global Financial Governance. **Working Paper Series**, n. 511, 2021.

GIROTTI, Eduardo Donizeti; SANTOS David Augusto. A simulação da ONU como estratégia didática para o ensino de Geografia: um estudo de caso em uma escola pública de São Caetano do Sul, SP. In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 16, 2017, La Paz, Bolívia. **Anais [...]**. p. 1-14.

GODINHO, Jones. **Abordagens metodológicas que favorecem a construção da autonomia intelectual do estudante: o trabalho com simulação das Nações Unidas na escola**. Manaus: UFAM, 2015. Dissertação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

IRWIN, Douglas. **Globalization is in retreat for the first time since the Second World War**. Peterson Institute for International Economics, 2022. Disponível em: <https://www.piie.com/research/piie-charts/globalization-retreat-first-time-second-world-war>. Acesso em: 27 dez. 2023.

LOBELL, Steven. Structural Realism/Offensive and Defensive Realism. In: DENEMARK, Robert et al (Orgs.). **The International Studies Compendium Project**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2010.

MARTINS, Alex Lara; COSTA, Alfredo; PALHARES, Leonardo Machado. Cidadania global e Direitos Humanos: efeitos educacionais do desenvolvimento de simulação da ONU no Vale do Jequitinhonha. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 7, n. 14, p. 11-39, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9105>. Acesso em 10 out. 2023.

MEARSHEIMER, John. **The Tragedy of Great Power Politics (Updated Edition)**. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

MEARSHEIMER, John. **The Great Delusion: Liberal Dreams and International Realities**. Yale University Press, 2018.

MEARSHEIMER, John. Bound to Fail: The Rise and Fall of Liberal International Order. **International Security**, n. 43(4), p. 7-50, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MULDOON, James. The model united nations revisited. **Simulation & Gaming**, Maryland/EUA, v. 26, n. 1, p. 27-35, 1995. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1046878195261003>. Acesso em 12 out. 2023.

NEUHOLD, Roberta dos Reis; OLIVEIRA, Romero Assis de; ANDREOLI, Rafaela da; BITENCOURT, Isadora; SILVA, Victória Leal. Organização de Simulações das Nações Unidas por Estudantes do Ensino Secundário. De Desafios Metodológicos a Experiências Emancipatórias. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, n. 23, v. 1, p. 1-24, 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

SNYDER, Glenn. Mearsheimer's world – offensive realism and the struggle for security: a review essay. **International Security**, v. 27, n. 1, p. 149-173, 2002.

UNITED NATIONS. **United Nations: Model United Nations**. Disponível em: <https://www.un.org/mun>. Acesso em: 10 out. 2023.

VERGES, Nivea Massaretto; VERGES, João Vitor. Simulações Modelo Nações Unidas e o Ensino de Geografia: Estratégias para o Pensar Geográfico e o Desenvolvimento de Habilidades dos Estudantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS E GEÓGRAFAS, 20, 2022. **Anais [...]**. Modalidade Virtual, 2022.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2015.